

**AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART.75, INCISO II DA LEI Nº
14.133/2021**

**(Processo Administrativo Nº 036/2025)
Dispensa nº020/2025**

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES , em conformidade com o ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021 torna público aos interessados que a Secretaria Municipal de trabalho e Desenvolvimento Social- SEMTDES pretende realizar Dispensa de licitação com julgamento MENOR PREÇO, podendo eventuais interessados apresentarem as propostas conforme o Anexo II, juntamente com a documentação exigida no item 14.3, no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar desta publicação no Diário Oficial dos Municípios e Portal da Transparência da Prefeitura de Belterra, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: semtdes@belterra.pa.gov.br até a data limite de 30 de Setembro de 2025, bem como podendo ser protocolado na sede da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social-SEMTDES, localizada na Vila Americana,S/N, Bairro centro, Município de **Belterra/Pa, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h fazendo referência a DISPENSA Nº 020/2025** oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** objetivando obter a melhor proposta. Link do edital: https://belterra.pa.gov.br/pesquisarPublicacao.php?titulo=Proposta%20Vantajosa%20-%20SEMTDES&modulo=proposta_semtdeps&ano=2025&pesquisar=

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE VIDEO MONITORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

pretendendo realizar cotação de preços, podendo eventuais interessados apresentarem as propostas no prazo de 3(três) dias úteis, a contar desta publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa de acordo com os seguintes requisitos:

- **DO PREÇO:** No preço cotado deverá estar inclusa as despesas legais do objeto, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Somente será aceito preço cotado em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.

- **Da Forma de Pagamento:** O Pagamento será feito à contratada no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, após o boletim de medição, recebimento dos serviços/produtos, mediante nota fiscal, certidões de regularidade fiscal/ tributária, e devidamente atestada pela unidade requisitante, e liberação pelo Controle Interno.

-**DA VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, a contar de sua assinatura.

Belterra/PA, 24 de setembro de 2025.

HERICA SANTOS
BECHARA:75935
953234

Assinado de forma digital por HERICA
SANTOS BECHARA:75935953234
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=31014048000182,
ou=videoconferencia, cn=HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
Dados: 2025.09.24 15:40:50 -03'00'

HERICA SANTOS BECHARA

Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social
Decreto nº004/2025

EDITAL DE DISPENSA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036/2025 COM BASE NO ART. Nº 75, INC. II
DA LEI 14. 133/2021**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, por intermédio da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES, torna público que realizará Dispensa de licitação, com critério julgamento de menor preço por item, nos termos do art. 75, II da Lei 14.133/2021, bem como as exigências estabelecidas neste edital, conforme critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	30/09/2025 às 17:00 horas
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	Horário de Brasília
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	semtdes@belterra.pa.gov.br
LINK DO EDITAL:	https://belterra.pa.gov.br/pesquisarPublicacao.php?titulo=Proposta%20Vantajosa%20-%20SEMTDES&modulo=proposta_semteps&ano=2025&pesquisar=

1. OBJETO:

Constitui o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE VIDEO MONITORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
- ANEXO III – DECLARAÇÕES.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para exercício de 2025, na classificação abaixo:

* Unidade: 11.05 Secretaria Munic. de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES

* Funcional: 08.243.0003.2880.0000 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

* Cat. Econ.: 3.3.90.39.00- Outros serviço de terceiros-Pessoa Juridica

2.2 – DO VALOR ESTIMADO:

O valor global estimado para contratação será de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

**3. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE
HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO**

3.1 A presente ficará aberta por período de 3 (três) dias úteis, a partir da data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios e Portal da Transparência da Prefeitura de Belterra, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: semtdes@belterra.pa.gov.br devidamente assinados digitalmente ou podendo ser protocolado na sede da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES, localizada na Vila Americana, S/N, Bairro centro, Município de **Belterra/Pa, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h**, fazendo referência a PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2025 com todos os documentos assinados digitalmente. Limite para apresentação e entrega de proposta de preços: 29 Setembro de 2025 às 17:00 horas.

4. Habilitação:

4.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

5.2. Habilitação Jurídica.

a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência; e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa,

nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b.1. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas. Devendo, no entanto, apresentá-lo devidamente assinado pelo Contador assumindo responsabilidade pelas informações contidas no balanço com o respectivo CRC.

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC = Ativo Circulante Passivo Circulante c.1.

As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 5%.(cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

5.5. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens.

b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

e) A comprovação de vinculação do profissional detentor do acervo técnico, deverá atender aos

5.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e

também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.5.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.5.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.5.4.1.1. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.5.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.5.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

5.5.7. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.5.8. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.5.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.5.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.5.13. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.5.14. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.5.15. Os documentos solicitados no item 5.3.b e 5.3.f deverão ser apresentados em nome da pessoa jurídica e de seus sócio(s)

5.5.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

6. DO PAGAMENTO

6.2.A Contratada deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da

despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do adimplemento da obrigação, que será feito através de pagamento via transferência bancária exclusivo para este fim;

6.3. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões de regularidade;

6.4. A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SEMTDES, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem em perfeitas condições de desempenho ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas;

6.5. O valor de cada item será estipulado nas propostas apresentadas;

6.6. O prazo a ser pago pelo objeto desse processo de DISPENSA será de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos materiais do objeto desta licitação, sendo pago à adjudicatária nas condições estipuladas na minuta do contrato administrativo, entrega dos produtos e aceitação do objeto deste processo, se nenhuma irregularidade for constatada, acompanhados da Nota fiscal e recibo, com as respectivas notas de entrega e relatório do fornecimento dos itens solicitados;

6.7. A Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento social-SEMTDES terá o direito de descontar de fatura quaisquer débitos do licitante contratado, em consequência de penalidades aplicadas;

6.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento;

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1. Poderá o Município revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

5.2. O Município deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

5.3. A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

HERICA SANTOS

BECHARA:759359

53234

HERICA SANTOS BECHARA

Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social

Decreto nº004/2025

Assinado de forma digital por HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM
BRANCO), ou=31014048000182,
ou=videoconferencia, cn=HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
Dados: 2025.09.24 15:41:19 -03'00'

ANEXO I –

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE VIDEO MONITORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

A presente justificativa tem como finalidade primordial fundamentar a necessidade de contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de instalação de câmeras e equipamentos de segurança, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEMTDES) e dos seus setores vinculados.

A segurança patrimonial e a integridade física de servidores e munícipes que frequentam as instalações da SEMTDES constituem uma pauta estratégica e de relevância inquestionável para a gestão pública. O cenário contemporâneo, marcado por desafios crescentes na área de segurança, exige a adoção de medidas proativas e tecnologicamente avançadas para a proteção de bens e pessoas.

As unidades da SEMTDES, por sua natureza e abrangência de serviços, abrigam um considerável volume de bens públicos, incluindo mobiliário, equipamentos eletrônicos e documentações. A ausência de um sistema de vigilância expõe esses ativos a riscos de furto, vandalismo e danos, o que, além de gerar prejuízos financeiros ao erário, compromete a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

A instalação de um sistema de monitoramento eficaz serve como um importante mecanismo de prevenção contra incidentes, coibindo ações criminosas e comportamentos inadequados. Tal medida assegura um ambiente de trabalho mais seguro para os servidores e proporciona maior tranquilidade aos cidadãos que buscam os serviços da secretaria, fomentando um clima de ordem e respeito.

A contratação de uma empresa especializada garante que todos os procedimentos de instalação e operação estejam em plena conformidade com as leis vigentes, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Uma empresa idônea possui o conhecimento técnico e jurídico necessário para implementar o sistema de forma ética e transparente, salvaguardando a privacidade de todos os envolvidos.

A expertise de uma empresa especializada é fundamental para a seleção e instalação de equipamentos adequados às necessidades específicas da SEMTDES. A ausência de conhecimento técnico interno para a realização desses serviços poderia resultar em aquisição de materiais incompatíveis ou de baixa qualidade, gerando gastos desnecessários e ineficiência. A contratação externa, portanto, representa a alocação inteligente de recursos, garantindo um serviço de alta qualidade e com o melhor custo-benefício para a administração pública.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Em nosso sucinto entendimento vislumbramos a possibilidade do desencadeamento de Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, com fulcro no Art.75, II da Lei 14.133/2021, para contratação de empresa para serviço de expansão e reestruturação da rede de video monitoramento. Tendo também o meio de julgamento o MENOR PREÇO, cujo enquadramento legal se amolda aos termos da Lei 14.133/2021.

Vejamos o que rege o Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco e cinquenta e nove), no caso de outros serviços e compras;

É assertiva, a iniciativa da SEMTDES em realizar o processo de dispensa de licitação, por encontrar amparo legal, conforme mencionado, para contratação de empresa para serviço de expansão e reestruturação da rede de video monitoramento, este processo licitatório está devidamente fundamentado conforme as Leis vigentes.

DESCRIÇÕES E QUANTIDADES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE VÍDEO MONITORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	Serv.	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL R\$					

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

2.1. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a aquisição, inclusive as contribuições previdenciárias, fiscais, FGTS, PIS etc;

2.2. Manter durante toda vigência do contrato o fornecimento em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.3. Atender quando do fornecimento de gêneros alimentícios contratados todas as leis, posturas e regulamentos Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com o fornecimento a ser entregue;

2.4. Efetuar a entrega dos produtos cotados no prazo máximo indicado na ordem de compra, contados da data de recebimento da mesma;

2.5. Efetuar o fornecimento de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no presente documento;

- 2.6.** Comunica à contratante, no prazo máximo de 01 (um) dia útil que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento; Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificar vício, defeito ou incorreção, no prazo de 2 (Dois dias), contados da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 2.7.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à esta Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 2.8.** Sujeitar-se à fiscalização da contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados;
- 2.9.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido;
- 2.10.** Reportar à Secretaria Municipal em prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer anormalidade erro ou irregularidades que possa comprometer o fornecimento contratado;
- 2.11.** Cumprir os requisitos de garantia e suporte;
- 2.12.** Cumprir as demais disposições contidas neste TR.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1.** Encaminhar formalmente a demanda de acordo com os critérios estabelecidos neste documento;
- 3.2.** Receber o objeto fornecido pela contratada de acordo com as especificações descritas neste documento, rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contratado;
- 3.3.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa, de acordo como os termos deste documento;
- 3.4.** Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuado;
- 3.5.** Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 3.6.** Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeição, falha ou irregularidade verificada com o fornecimento do objeto contratado, para que seja reparada ou corrigida, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 3.7.** Disponibilizar todas as informações e documentos necessários à realização do fornecimento;
- 3.8.** Fiscalizar a realização das entregas, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato sendo que o não atendimento sujeitará a contratada as penalidades e/ou generalidades prevista em Lei.

4. DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1.** A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidores designados através de Portaria devidamente publicada, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o disposto neste projeto básico e na proposta da CONTRATADA.
- 4.2.** Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- 4.3.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

4.4. O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste Projeto Básico e da proposta da CONTRATADA.

4.5. Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa e encargos com pessoal e demais ocorrências, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário.

5. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 A Contratada deverá apresentar nota fiscal (emitida no CNPJ da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMTDES. CNPJ: 18.148.649.0001-10 para liquidação e pagamento da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do adimplemento da obrigação, que será feito através de pagamento via transferência bancária exclusivo para este fim;

6.2 Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões de regularidade;

6.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMTDES, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem em perfeitas condições de desempenho ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas;

6.4 O valor de cada item será estipulado nas propostas apresentadas;

6.5 O prazo a ser pago pelo objeto desse processo de DISPENSA será de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos objeto desta licitação, sendo pago à adjudicatária nas condições estipuladas na minuta do contrato administrativo, entrega dos produtos e aceitação do objeto deste processo, se nenhuma irregularidade for constatada; acompanhados da Nota fiscal e recibo, com as respectivas notas de entrega e relatório do fornecimento dos itens solicitados;

6.6 A Secretaria Municipal de Administração e Governo terá o direito de descontar de fatura quaisquer débitos do licitante contratado, em consequência de penalidades aplicadas;

6.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento;

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para exercício de 2025, na classificação abaixo:

* Unidade: 11.05 Secretaria Munic. de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES

* Funcional: 08.243.0003.2880.0000 MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

* Cat. Econ.: 3.3.90.39.00- Outros serviço de terceiros-Pessoa Juridica

8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 O contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 12 (**doze**) meses, o qual não poderá ser prorrogado por condições estabelecidas pela Lei 14.133/2021.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Serão estabelecidas as sanções aplicáveis à empresa contratada no caso da não execução na íntegra do objeto especificado conforme regras estabelecidas em instrumento contratual específico.

10. DOCUMENTAÇÃO REQUISITADA

A empresa deverá apresentar toda a documentação necessária à habilitação junto ao envio da proposta:

10.1 Habilitação Jurídica, Fiscal , Qualificação Econômico-Financeira e Técnico profissional:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.
- b) Ato constitutivo/Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- c) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS, se pessoa jurídica;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes licitante (RG);

atender aos seguintes requisitos:

- 1) Sócio – contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;
- 2) Diretor – cópia do contrato social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

m) Comprovação de Cadastro no SICAF;

n) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Em caso de Certidão Positiva de Falência com Efeito de Negativa, faz-se necessário que o documento mencione se o proponente já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apto econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.

o) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

p) Os balanços das sociedades por ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela assembleia geral ordinária, registrada na Junta Comercial.

q) Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas devem apresentar o balanço patrimonial, não restando a obrigação do registro na Junta Comercial do Estado da licitante. Devendo, no entanto, apresentá-lo devidamente assinado pelo Contador assumindo responsabilidade pelas informações contidas no balanço com o respectivo CRC.

r) A partir dos dados do balanço, deverão ser calculados os seguintes índices, como condição para a habilitação. ILC= Índice de liquidez corrente, com valor igual ou superior a 1,00;

ILG= Índice de liquidez geral, com valor igual ou superior a 1,00;

GE = Grau de endividamento, com valor igual ou menor a 1,00;

NDE: ILC= ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE ILG= ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO GE= PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO EXIGÍVEL

A LONGO PRAZO =ATIVO TOTAL .

OBSERVAÇÃO: Os índices acima deverão ser demonstrados pelo próprio licitante, em memória de cálculos assinada pelo contador responsável pelo balanço, para posterior verificação pela Comissão.

s) No caso de sua recém-constituição, poderá a licitante apresentar balanço de abertura, que comprove a boa situação financeira da empresa.

11. Proposta de Preço/Cotação:

11.1.A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

11.2.As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando- se pela desclassificação.

11.3.Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

a. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço global e unitários em relação ao estipulado para a contratação

b. Será desclassificada a proposta vencedora que:

c. Contiver vícios insanáveis;

d. Não obedecer ao disposto neste instrumento ou em seus anexos;

e. Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

f. Será considerada inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13. CONCLUSÃO

a. Desta forma, entendendo estarem presentes todos os requisitos para a contratação pretendida, por meio de DISPENSA, submetemos esses esclarecimentos à autoridade superior para análise e deliberação.

HERICA
SANTOS
BECHARA:75
935953234

Assinado de forma digital por
HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=(EM BRANCO),
ou=31014049000182,
ou=videoconferencia, cn=HERICA
SANTOS BECHARA:75935953234
Dados: 2025.09.24 15:41:46 -03'00'

HERICA SANTOS BECHARA

Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social
Decreto nº004/2025

Belterra, 24 de Setembro de 2025.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2025-COM BASE NO O ART. Nº 75, INCISO II DA
LEI 14.133/2021**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE EXPANSÃO E
REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE VIDEO MONITORAMENTO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE VÍDEO MONITORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.	Serv.	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL R\$					

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta: 90 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão
totalmente por conta da Empresa contratada;

Declaro que concordo com todos os termos do Edital e Termo de Referência. Declaro

Razão social ou nome;

Nº do CNPJ ou CPF:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

_____,
_____, de ____ de 2025

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Assinatura do responsável

**ANEXO III
DECLARAÇÕES**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2025

Prezados Senhores, doravante denominado Licitante, para os fins disposto no item do Edital, DECLARA, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentação da proposta, não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente processo, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que diz respeito a participação ou não no presente certame;
- d) Que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado ou discutido com qualquer integrante da Equipe de Apoio, com representante ou funcionário da Secretaria Responsável pelo processo;
- e) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- g) Que não tenho parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

_____, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal